

TERMO DE CIÊNCIA SOBRE O TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

INSTITUTO JUSTIÇA, associação sem fins lucrativos, com sede na Rua Hungria, 514, 3º andar, Jardim Europa, CEP 01455-000, São Paulo/SP, inscrito no CNPJ sob n. 42.099.304/0001-06, em cumprimento à Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (“LGPD”) e em relação à Campanha de Arrecadação de recursos destinada ao Projeto Recria-se, apresenta o presente termo de ciência e consentimento sobre o tratamento de dados pessoais (**“Termo”**):

1. Finalidade do tratamento

Os dados pessoais fornecidos pelo(a) Doador(a) serão coletados e armazenados exclusivamente para o cumprimento de obrigações legais e regulatórias do Instituto, inclusive perante órgãos públicos e governamentais competentes e emissão de recibos, relatórios e documentos necessários à comprovação das doações e à transparência institucional.

2. Bases legais aplicáveis

O tratamento dos dados pessoais acima indicados é realizado com fundamento no art. 7º, incisos II, V, IV e IX, da LGPD, que autoriza o tratamento para cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador, quando necessário para a execução de contrato ou de procedimentos preliminares relacionados a contrato do qual seja parte o titular, a pedido do titular dos dados; para o exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral e quando necessário para atender aos interesses legítimos do controlador ou de terceiros, exceto no caso de prevalecerem direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais.

3. Compartilhamento

Os dados não serão compartilhados para fins comerciais, de marketing ou para qualquer finalidade distinta daquelas previstas no item “2” deste termo.

4. Armazenamento e segurança

Os dados pessoais serão armazenados pelo período necessário ao cumprimento das obrigações legais do Instituto, sendo adotadas medidas técnicas e administrativas adequadas para protegê-los de acessos não autorizados, perda, alteração ou divulgação indevida, em conformidade com o art. 46 da LGPD.

5. Direitos do titular

Nos termos dos arts. 17 a 22 da LGPD, o(a) Doador(a) poderá, a qualquer tempo, solicitar informações sobre o tratamento de seus dados, bem como requerer acesso, correção ou eliminação, observado o prazo legal de guarda imposto ao Instituto.